A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde, Lei 8.080/1990, colocaram o Brasil na trilha para construção de políticas públicas para garantir direitos sociais aos brasileiros. Na área da saúde, a conformação do Sistema Único de Saúde, o SUS, movido pelos princípios fundamentais da universalidade, equidade e participação social, se constituiu em um grande desafio desde o início. Um país com imenso território, extremamente desigual no que se refere aos direitos sociais, políticos e econômicos, com uma democracia ainda em busca de consolidação e organização social, marcada por intenso preconceito, racismo e perpetuação histórica de privilégios para alguns e exploração de muitos, é o ambiente para o qual devemos olhar com compromisso e muita responsabilidade nesse processo de construção.

Passados alguns anos, houve muitos avanços, lutas, conflitos e, mais recentemente, desmontes de políticas públicas e retrocessos graves para o país. Tratar da universalidade do acesso às ações e aos serviços de saúde, sobretudo disponibilizar Atenção Básica de qualidade, com profissionais dedicados, preparados e em todas as regiões do país se tornou um dos importantes espaços de luta, visto que a Atenção Básica é um espaço prioritário, primordial e primeiro na linha de cuidados para as famílias brasileiras, porta de entrada no sistema, coordenador da rede e ordenador do cuidado.

Preparar profissionais de saúde para atuação nesse sistema de cuidados, com investimentos para ampliar a formação e contratação, principalmente de médicos, identificados como a maior carência para expansão e universalização do SUS, com currículos organizados para atendimento às necessidades de saúde da população brasileira, não se faz em curto espaço de tempo. A proposta elaborada pelo governo brasileiro em 2013, Lei do Mais Médicos, que envolveu um programa de provimento emergencial de médicos para atuar na Atenção Básica, ampliação e melhorias na infraestrutura das unidades básicas de saúde e incentivos à formação para o SUS, permitiu ao país uma experiência ainda não vivenciada até então, no sentido de promover e demonstrar o impacto de uma Atenção Básica cuidadosa e dedicada nos indicadores de saúde e doença da população.

Ter participado desse processo, em alguns momentos como dirigente de uma faculdade pública de medicina, com alguns professores tutores e supervisores envolvidos, também como médica supervisora do programa e como docente, acompanhando estudantes em práticas nas unidades básicas de saúde com médicos do Programa Mais Médicos, nos permitiu identificar e reiterar a importância desse espaço de cuidados para todos nós.

A experiência também nos deu oportunidades para importantes reflexões com os estudantes de medicina que acompanhavam essas equipes, sobre como o médico precisa ser bem preparado, ter formação adequada para os diferentes locais e áreas de atuação no SUS para lidar com as pessoas sem preconceitos, criar vínculos, atuar nos territórios onde as pessoas vivem e contribuir de forma solidária para as soluções de problemas na comunidade. Vimos médicos estrangeiros e brasileiros, cada um com seus distintos interesses e implicações, experimentarem boas experiências nessa relação de cuidados e com enorme aprendizado. Testemunhamos manifestações de imensa gratidão de famílias assistidas pelos médicos do programa, após anos de desassistência e exclusão das ações de saúde, apesar de já se constituir em direito social garantido na constituição da República.

A expectativa de muitos de nós era de que essa experiência, apesar das dificuldades, dos conflitos e dos interesses diversos, com seu efeito demonstrativo e impactos importantes, permitisse a construção de caminhos estruturantes para resolução de entraves e consolidação dessa importante política pública, em especial na Atenção Básica.

Neste número da RBSP, apresentamos publicações produzidas a partir de estudos e vivências de profissionais, em distintos locais e com diferentes funções nessa caminhada pela consolidação da Atenção Básica no Sistema de Saúde brasileiro, a partir do Programa Mais Médicos.

Se o SUS já padecia além de várias carências, também por alguns desvios da sua concepção originária, em alguma medida com uma torcida para não vingar, por ferir interesses outros, lutando desde o nascedouro para sobreviver, esperamos que o Brasil possa retomar o rumo em busca de melhor cuidar do seu povo, por meio da reorganização de políticas públicas saudáveis.

Lorene Louise Silva Pinto

http://lattes.cnpq.br/6684055327026903

Médica da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab)

Professora Associada da Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb/UFBA)

Editora associada da RBSP